

Linguística Formal e Interdisciplinaridade: questões históricas e contemporâneas

Olga COELHO¹

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
| olgafc@usp.br | <https://orcid.org/0000-0002-3688-5627>

Resumo: Abordagens internalistas e externalistas estão em embate ao longo da história da Linguística ocidental, desenhandos dois tipos de prática: um mais preocupado com a inserção das questões linguísticas nas dinâmicas socioculturais; outro mais concentrado na análise e na sistematização de aspectos da linguagem humana e das línguas. A Linguística desse último tipo algumas vezes tem sido reconhecida como a vertente mais rigorosamente científica de trabalho na área. Porém, parece que os saberes que ela produz têm encontrado pouca repercussão nas Humanidades e em alguns contextos sociais mais amplos. Neste texto, apresenta-se, da perspectiva da Historiografia Linguística, um conjunto de contingências históricas correlacionáveis a esse quadro, assim como um conjunto de atitudes e iniciativas contemporâneas que as confrontam e modificam no Brasil.

Palavras-chave: Historiografia da Linguística Brasileira. Linguística Formal. Interdisciplinaridade. Ensino de Língua Portuguesa.

Formal Linguistics and Interdisciplinarity: Historical and Contemporary Issues

Abstract: Internalist and externalist approaches have clashed throughout the history of Western linguistics, delineating two types of practices: one more concerned with integrating linguistic issues into social and cultural dynamics, and the other more focused on the analysis and systematization of aspects of human language. This second type of practice is often recognized as the most rigorously scientific branch of work in the field. However, it seems that the kind of scientific knowledge it produces has little impact on the Humanities and in broader social contexts. From the perspective of Linguistic Historiography, this text presents a set of historical contingencies associated with this framework, as well as a set of contemporary attitudes and initiatives in Brazil that seek to confront and modify it.

Keywords: Linguistic Historiography. Formal Linguistics. Interdisciplinarity. Portuguese Language Teaching.

| Introdução

É possível identificar na história da Linguística no Ocidente dois tipos muito frequentes de abordagem de questões linguísticas. Um deles tem se

preocupado com a inserção das questões das línguas e da linguagem nas dinâmicas da história, da cultura, da sociedade, da política, da educação, e, de maneira complementar, com o impacto de questões atinentes a esses domínios “externos” sobre problemas linguísticos. Essa Linguística, em vista desse horizonte ampliado, tem se desenvolvido com maior atenção ao que se produz em outras áreas das Humanidades, ao mesmo tempo em que tem sido relativamente bem-sucedida na comunicação com as Ciências Humanas acerca do conhecimento que produz. Note-se, por exemplo, o alcance externo à Linguística de noções como as de léxico, discurso, norma, variação. São noções muito difundidas, ainda que adaptadas ou mesmo reformuladas em alguns de seus empregos fora da Linguística.

Um outro tipo de foco se vê em trabalhos concentrados na análise estrita de aspectos da linguagem e das línguas, conduzidos por modelos teórico-metodológicos bem controlados, que, muitas vezes, têm flirtado mais com os das Ciências Naturais e os das Ciências Exatas do que com os das Ciências Humanas. A Linguística desse último tipo, desenvolvida nos séculos XIX e XX no Ocidente, foi percebida como a vertente mais rigorosamente científica de trabalho na área, tanto por linguistas, quanto por historiadores da disciplina (v. Leroy, 1977; Camara Jr., 2021, por exemplo). A busca de autonomia em relação a outros campos que a caracteriza tem sido apontada como o gesto que verdadeiramente teria fundado a Linguística como ciência, em especial, quando a referência é o *Curso de linguística geral* (1916). As ideias de cientificidade e de forma passam, assim, a estar fortemente atadas. Com efeito, Borges Neto (2022), ao definir o termo “formal”, menciona que ele está relacionado a três características: ser científico, se restringir ao exame das formas e se encaixar em projeções lógico-matemáticas.

Sabe-se que a Linguística centrada nas formas foi muito bem-sucedida ao longo de todo o século XX na Europa, nos Estados Unidos e em seus enormes domínios de influência econômica e intelectual ao redor do mundo. Ela ensejou a construção de modelos teóricos eficazes na descrição e explicação de uma ampla gama de fenômenos linguísticos. Porém, passado o tempo em que algumas ciências humanas também se seduziram por essa sensação de controle do objeto isolado, que fez da Linguística uma ciência-piloto, os saberes formais foram sendo percebidos, nas Humanidades, cada vez mais, como muito herméticos. Poucos não-linguistas conhecem conceitos relativamente antigos e até polemizados na heterogênea Linguística das formas, tais como os de fonema, sema, sintagma, competência, movimento. Ao mesmo tempo em que essa Linguística avançava em sua agenda, diminuía as trocas com a História, as Ciências Sociais, a Antropologia...

No entanto, parece possível constatar hoje, na chamada Linguística formal, um movimento reverso àquele que a fundou em espaços acadêmicos do norte global do século XIX e do XX. Esse movimento tenta refazer, por um lado, relações com outras áreas das Humanidades, e, por outro lado, a ligação dessa Linguística, diretamente, com questões sociais, políticas, históricas, culturais.

Neste texto, pretende-se tratar, da perspectiva da Historiografia Linguística, de um conjunto de contingências históricas correlacionáveis a esse quadro, dando atenção especial a contextos brasileiros e a atitudes e iniciativas atuais que tensionam, confrontam e modificam a identidade acadêmica e social dos linguistas formais no Brasil.

Explora-se, aqui, sobretudo os dois primeiros sentidos de “formal” mencionados por Borges Neto (2022) (i.e., que segue a procedimentos científicos e que se atém às formas linguísticas), entendendo que eles oferecem um espectro mais amplo de tendências da Linguística ao longo do tempo.

Adota-se, neste texto, uma perspectiva bastante panorâmica de análise historiográfica do campo, que permite identificar um traço histórico persistente, ao menos desde o século XIX, entre linguistas formais: uma provável despreocupação em serem entendidas/os por não linguistas ou por linguistas que não atuem em suas específicas subáreas. A isso se junta o igualmente provável desinteresse em acompanhar o que outros acadêmicos das Humanidades pensam sobre as línguas e fazem com elas em suas investigações.

Para organizar essa leitura panorâmica da história, o texto se inspira naquilo que Konrad Koerner (1989) chama de “modelo de balanço de pêndulo”, que, simplificadamente, captura movimentos da história da Linguística a partir da alternância entre tendências amplas, de algum modo contrapostas entre si, ressaltando momentos e contextos em que cada uma delas parece prevalecer (por exemplo, tendências mentalistas vs. materialistas; universalistas vs. particularistas ao longo da história). Essa opção acarreta evidentes prejuízos quanto ao registro de especificidades, mas coopera para a depreensão dos movimentos mais gerais e salientes. Assumindo essa perspectiva, lida-se, aqui, com o pêndulo entre “perspectiva internalista vs. perspectiva externalista”.

| Um histórico simplificado da Linguística do norte global

A leitura de diferentes retrospectivas históricas centradas em tendências majoritárias na Linguística europeia ocidental (v., p.ex., Leroy, 1977; Camara Jr., 2021; Robbins, 1983) permite perceber uma preponderância de trabalhos

sincrônicos desde a Antiguidade até o final do século XVIII, seguida de uma importante ruptura em direção à diacronia no século XIX e, em meados do século XX, uma nova guinada à preponderância e ao maior prestígio da sincronia. Há um certo consenso nessas retrospectivas (e, de algum modo, também entre uma parte considerável dos linguistas) em torno da ideia de que teria sido justamente no curto intervalo mais fortemente marcado pela diacronia que os estudos linguísticos europeus se firmaram como científicos. O *status* de ciência redundou no delineamento de práticas cada vez mais específicas e controladas por modelos teóricos e metodológicos explícitos, cuja articulação ou testagem passa a estar no centro da atividade científica.

O linguista africanista Derek Nurse, em texto de 2018, lembra que muitas vezes se vincula aquela Linguística histórica europeia do século XIX à Linguística comparativa, em cujo centro está justamente o método, ou seja, a comparação. Ela toma línguas contemporâneas para (r)estabelecer suas relações genéticas e reconstruir seus ancestrais, usando (quase exclusivamente) dados linguísticos, isto é, “formas” isoladas de eventuais elementos de outra natureza. Dessa perspectiva, o autor enfatiza que a Linguística mais prestigiada no século XIX é certamente comparativa, mas não é exatamente histórica. A Linguística histórica é mais ampla que o método comparativo; ela pode desenhar o desenvolvimento histórico das línguas em qualquer direção: para trás (reconstruindo-o), para adiante (flagrando-o ao longo do tempo a partir de um ponto de início), para baixo, para cima, para os lados (quando se pensa na operacionalização de conceitos como os de “substratos”, “superstratos”, “adstratos” em estudos históricos de contatos). Ela pode, ademais, lidar com dados extralingüísticos (e lida). Nurse (2018) assinala que, em vista disso, a expressão Linguística histórico-comparativa tem por referente práticas e teorias profundamente internalistas. Não são modos de se pensar as línguas como objetos históricos, isto é, como objetos situados contextualmente. O autor ainda observa que, por causa do método comparativo, a Linguística do século XIX descobriu mais e mais sobre a natureza dos sons e de suas transformações, consolidando esses conhecimentos inclusive sob a forma de “leis”. Mesmo que a agenda estivesse voltada para a reconstrução de etapas de sistemas morfo-fonológicos do escopo indo-europeu, a observação de constâncias nos processos de mudança linguística e a elaboração das “leis fonéticas” abrem caminhos para generalizações. Assim, esses estudos propiciam o acúmulo de uma série de conhecimentos relativos às formas linguísticas, em especial às formas do plano da expressão, que mais tarde alimentarão teorias fonológicas. Ou seja, a Linguística Histórico-Comparativa teria permitido a descoberta e a sistematização de uma série de propriedades dos elementos fônicos de línguas, preparando o terreno para a ascensão da Fonologia como o protótipo da científicidade na Linguística sincrônica do início do século seguinte.

Essa Fonologia, como se sabe, vai se desenvolver “cientificamente” a ponto de, nos anos 1930, tornar-se o campo considerado mais avançado nos estudos da linguagem. Esta citação é de Trubetzkoy (1981 [1933], p. 28):

A época em que vivemos se acha caracterizada pela tendência que manifestam todas as disciplinas científicas a substituir o atomismo pelo estruturalismo e o individualismo pelo universalismo (no sentido filosófico destes termos, naturalmente). Esta tendência pode ser observada em física, em química, em biologia, em psicologia, em ciências econômicas, etc. A fonologia atual não se encontra, pois, isolada. Faz parte de um movimento científico mais amplo. Resta somente esperar que as demais partes da linguística (a morfologia, a sintaxe, a lexicologia, a semântica, etc.), venham se unir muito rapidamente à fonologia, no que a este aspecto se refere.

Veja-se que o autor não aponta todas as áreas então conhecidas dos estudos linguísticos, mas apenas aquelas que constituiriam o seu núcleo científico. As apontadas estariam aptas ao desenvolvimento do trabalho com as “formas”, que substitui “o atomismo pelo estruturalismo”. No período de ápice dos estudos fonológicos estruturalistas, volta-se à preponderância da sincronia (que é a orientação mais comum nos estudos linguísticos ao longo de toda a sua história) e se mantém o foco internalista, acentuado desde o século XIX. Quando se fala no grande gesto de ruptura estruturalista, por vezes essa dimensão de continuidade com as tradições anteriores do campo, situada no elo oferecido pela abordagem internalista, se dilui. Nesse momento, é justamente a composição entre “interno” e “sincrônico” que vai robustecer a ideia de “forma” como componente central da científicidade em Linguística.

A Fonologia se desenvolverá bastante no que se refere a teorias, separando-se da Fonética, concebida como o estudo estrito (“atomista”), *ad hoc*, dos sons. Essa é uma separação explicitamente requerida e incentivada, pelo menos do lado da Fonologia, como Coelho, Oliveira e Prais (2021) procuraram apontar. No mesmo texto de Troubetzkoy (1981 [1933], p. 18), tem-se um exemplo dessa percepção comum no período:

A fonética atual se propõe estudar os fatores materiais dos sons da fala humana: seja as vibrações do ar que a eles correspondem, seja as posições e movimentos dos órgãos que os produzem. Em troca, o que a fonologia quer estudar não são os sons, mas os fonemas, isto é, os elementos constitutivos do significante linguístico, elementos imateriais, uma vez que o próprio significante o é (segundo F. de Saussure).

Nurse (2018) chama a atenção para o fato de que esses dois momentos, o século XIX e o começo do século XIX, põem a Linguística num caminho de especialização cada vez mais difícil de ser acompanhado pelos não linguistas (e até pelos linguistas mais antigos ou de outras orientações).

A Fonologia pode ser inicialmente tomada como protótipo desses movimentos, mas, guardadas as proporções, é possível avaliar que a Linguística internalista como um todo, ao longo do produtivo século XX, manteve o mesmo foco e a mesma agenda: descrever, sistematizar, teorizar, definir métodos, seja na Europa, seja nos Estados Unidos. Essas tendências foram acompanhadas de perto por linguistas no Brasil, como bem mostra, por exemplo, o livro *A pesquisa linguística no Brasil*, 2004, de Cristina Altman, quando trata da recepção, pela comunidade acadêmica local, de sucessivos modelos em voga no norte global ocidental entre os anos 1960-1980. É flagrante, inclusive, uma preocupação com a atualização das pesquisas, entendida como o necessário acompanhamento das últimas tendências de impacto internacional.

No entanto, recentemente, no Brasil, alguns linguistas vinculados a áreas mais internalistas da Linguística têm percebido que o conhecimento refinado e específico que produziram/produzem pode ser beneficiado por uma maior flexibilidade.

| Estudos formais: aplicação e interdisciplinaridade

Coelho, Oliveira e Prais (2021) mostram depoimentos de linguistas brasileiros, como Eleonora Albano, Thais Cristófaro Silva, Luiz Carlos Cagliari, que, ao refletirem sobre a história da Fonética e da Fonologia no Ocidente, identificam uma atitude de depuração rigorosa dos objetos de estudo, a qual teria levado a uma separação radical entre as disciplinas, hoje avaliada como improdutiva.

Outros linguistas formais têm ocupado espaços sociais, como os da Educação linguística, já há algum tempo, como é possível observar na análise de Altman (2004), mas, ainda com mais ênfase, nos dias atuais. Tenha-se como exemplo, ainda uma vez, Cristófaro Silva, que mantém um site para ensino de Fonética e Fonologia do inglês, ou uma já numerosa produção recente de livros e artigos de Semântica Formal, Morfologia Distribuída, Sintaxe Gerativa, que tenta fazer esse tipo de conhecimento, advindo de propostas teórico-metodológicas formais, adentrar o contexto escolar. O fragmento de texto a seguir exemplifica o que se pretende fazer e com quais motivações:

Este manual pretende dar uma visão diferente de língua e ensino nas aulas de português. Na primeira unidade, mostramos que essa perspectiva não aparece nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Português. Trata-se, portanto, de uma rota alternativa, mas que tem suporte em pesquisas já realizadas com falantes de diversas línguas, que indicam que há uma relação positiva entre o aluno construir hipóteses sobre a sua língua e ter um desempenho melhor na língua escrita, além de ter um efeito positivo no ensino de ciências e de matemática. A segunda unidade é composta por uma série de informações que permitem sabermos (note: não é acharmos, nem pensarmos, mas saberemos) que há uma faculdade da linguagem. A terceira unidade introduz o método científico para a análise das línguas. Ensinar ciência através da construção de gramáticas pode ser não apenas muito divertido, mas principalmente uma maneira de ressignificar a língua falada, em especial na nossa cultura bacharelesca que vê a língua das gentes com tanto preconceito, afinal mostrar a sua gramática é desfazer preconceitos que usurpam o nosso direito à nossa língua. O português brasileiro é o tópico da quarta e última unidade. Professores de português no Brasil precisam saber como é essa língua, que língua é essa que nós falamos (Oliveira; Basso; Quarezemin, 2013, s.n.).

É um texto que se contrapõe, ao mesmo tempo, à tradição gramatical e a setores da sociedade que privilegiam e promovem usos elitizados do português no Brasil, ao mesmo tempo em que cercam de preconceitos a língua falada. É enfatizado o caráter científico da abordagem proposta, ancorada na ideia de “método científico”, o qual tanto garantiria a validade do que se pretende ensinar (“note: não é acharmos, nem pensarmos, mas saberemos”), quanto consistiria na estratégia de ensino central (“A terceira unidade introduz o método científico para a análise das línguas. Ensinar ciência através da construção de gramáticas...”).

O texto também expõe, embora mais discretamente, tensões históricas entre subáreas do nosso campo e dessas com as instâncias reguladoras do ensino, que têm produzido documentos mais atentos a teorias do texto, do discurso e da variação linguística (ou seja, tem privilegiado uma Linguística externalista), como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Português (PCN). É nesse sentido que a proposta (de ensinar “ciência”) aparece caracterizada como uma “rota alternativa”. Com efeito, essa questão da ausência das abordagens internalistas nos documentos destinados ao ensino linguístico tem sido um foco de críticas, sobretudo após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017. Paraguassu-Martins *et al.* (2024, p. 223) esclarece:

O que não se vê na BNCC ou em outros materiais dela decorrentes, no entanto, é um espaço para a discussão do fenômeno linguístico em si, como forma de desenvolver o raciocínio analítico e as capacidades de interpretação e produção de textos nos alunos.

Tanto esse texto quanto o anteriormente citado projetam um antagonista externo e sempre presente, desde que a Linguística é desenvolvida no Brasil, que é a Gramática Tradicional (associada a setores conservadores da sociedade e a atitudes e procedimentos não científicos no trabalho com a língua). Dessa maneira, muitas das obras de linguistas formais que se voltam para as questões de ensino partem das análises que são feitas em gramáticas tradicionais, procurando mostrar como elas são equivocadas em muitos aspectos, além de ignorarem solememente boa parte daquilo que as ciências da linguagem têm produzido. O modo de tratar as línguas nas gramáticas tradicionais, como sabemos, ancora-se no imaginário dos “bons” usos linguísticos, o qual parece, no contexto atual do ensino linguístico, se refletir na ideia de “habilidades” da BNCC; em outras palavras, a BNCC projeta um indivíduo que se tornará “hábil” ao usar a língua (somente) a partir do ensino escolar do “bom” Português.

Neste ponto, é pertinente considerar a análise de Emerson de Pietri sobre a documentação relativa ao ensino de português. Em artigos de 2018 e 2019, ele recompõe aspectos da história e da organização desses documentos, desde a LDB, nos anos 1970, passando por um documento elaborado junto à Secretaria da Educação de São Paulo, nos anos 1980, pelos PCNs, dos anos 1990, e chegando à BNCC. Pietri mostra que essas diretrizes condensam visões sobre sujeito, sociedade e ensino distintas, acompanhando, em momentos históricos diferentes, ideias em circulação na Linguística feita no país. Se a legislação dos anos 1980 tinha em seu horizonte a concepção de que o ensino de Português poderia contribuir para mudança social, ao visar à formação do sujeito crítico e à formação das classes populares, sob a inspiração de autores como Magda Soares e João Wanderley Gerald, na década de 1990, os PCNs incorporaram valores neoliberais e dirigiram suas orientações para a “adequação” linguística dos/as aprendizes. Isso se dá por meio do privilégio à produção e à interpretação textual em instâncias definidas pelos próprios documentos como socialmente relevantes, com recurso ao conceito de “gêneros discursivos”. É privilegiada, portanto, a aprendizagem de específicas habilidades que dariam aos sujeitos a possibilidade de atuação “produtiva” na vida social. Já quanto à BNCC, a avaliação do autor é que elas parecem flertar com os processos atuais de precarização do trabalho e com ideologias de caráter concorrencial e individualista, associáveis ao capitalismo neoliberal rentista. Nesse contexto atual, projeta-se nas diretrizes educacionais oficiais um sujeito da concorrência,

seguido pelo sujeito do precário, ao qual é imposto lidar individualmente com sua existência (cf. Pietri, 2018; 2019).

Diante desse conjunto de problemas, é positivo que os linguistas formais estejam se apresentando para lidar com questões de ensino no Brasil. Essa apresentação é motivada por vocações individuais e interesses de pesquisa, mas também por processos de indução encaminhados por forças institucionais – sejam as mais distantes, como as relativas a planos de governo, sejam as mais integradas ao contexto imediato dos cursos de Letras e dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística, como documentos de área da Capes, por exemplo, que estabelecem contribuições para a Educação Básica como algo altamente desejável para os programas de pós-graduação ou que fomentaram a criação de mestrados profissionais em Letras (PROFLETRAS).

Vimos antes que, em relação ao embate externo vs. interno, os textos examinados sugerem uma tensão interna ao campo dos estudos linguísticos, que teria levado à ausência, nesse lugar importante de atuação política que é a Educação, das abordagens formais, internalistas. Não se pode negar que há um jogo de forças que distribui o poder, o prestígio, a visibilidade, de maneiras desiguais dentro da Linguística no Brasil. Ao que parece, ao menos em parte, esse jogo de forças pode ser observado nos conteúdos e nas abordagens presentes/ausentes nos documentos orientadores da Educação Linguística elaborados nas últimas décadas.

Seja como for, na movimentação em direção à Educação, linguistas formais estão propondo debates importantes e empenhando esforços para estabelecer trânsitos mais fluidos de conhecimentos nessa esfera social.

Numa outra frente, trabalhos como os de Negrão e Viotti (2012) ou Negrão et al. (2020) têm reconhecido que o afastamento de sua especialidade, a Teoria da Gramática, de outras áreas das Humanidades dificultou a percepção de questões antes pensadas exclusivamente nos limites do PB e da Linguística, como as que envolvem o sujeito sintático. Procuram, assim, reenquadrá-las em reflexão que leva em conta línguas da África, trânsitos populacionais, contatos linguísticos, o tráfico, a escravização no Atlântico Sul, o que requer trocas interdisciplinares, pelo menos, com a História e a Antropologia, além de uma certa engenhosidade para integrar dados externos à análise linguística. Ao fazerem esse exercício, notam que a ausência dos conhecimentos da Linguística Formal em vários lugares sociais, internos ou externos aos campos científicos, pode ter cooperado para que ideias polêmicas se espalhassem. Dentre elas, é possível citar a de que os contatos do português com as outras línguas da

colonização teria resultado majoritariamente em mudanças no vocabulário e na fonética, ou a de que há distinções muito marcadas e evidentes entre o que se convencionou chamar de português popular e português padrão. Note-se, portanto, que uma parte do trabalho de recolocação dessas questões se dá dentro da própria Linguística, num debate que inclui noções de científicidade e de interdisciplinaridade.

| Considerações finais

Tanto nas tentativas de participação mais ativa no contexto educacional, quanto nas investidas interdisciplinares em busca de uma melhor compreensão de fenômenos fônicos (cf. Coelho; Oliveira; Prais, 2021) ou da história linguística do Brasil (Negrão; Viotti, 2012), linguistas formais expressam a percepção de que existem conhecimentos específicos, disponíveis e subaproveitados produzidos pela Linguística internalista, assim como uma enorme quantidade de saberes de outra natureza com os quais ela precisaria desenvolver maior familiaridade para avançar em relação a problemas persistentes nos estudos da linguagem e na sociedade brasileira, como os da educação ou os da história linguística. Parece, dessa forma, que são necessárias mudanças na Linguística formal e fora dela para que novos propósitos se viabilizem.

O cenário acadêmico brasileiro parece oportuno, já que se mostra mais receptivo à divulgação científica (que poderia contribuir para a diminuição do hermetismo conceitual e terminológico do campo, afetando mais enfaticamente a ignorância e os preconceitos linguísticos); a uma atenção mais duradoura à Educação (de modo a criar caminhos menos áridos para a construção de saberes na escola e em outros espaços de circulação de conhecimentos); à interdisciplinaridade (que poderia retirar travas (teóricas, metodológicas, epistemológicas) consideradas importantes em outras etapas e contextos do desenvolvimento histórico do campo, mas que hoje são percebidas como artifícios improdutivos para o tratamento de temas complexos).

Como ressaltamos em Coelho, Oliveira e Prais (2021), a interdisciplinaridade é hoje uma estratégia considerada legítima na Linguística e encontra eco em muitas outras áreas, assim como em instâncias sociais, políticas, artísticas preocupadas em acolher e operar com a diversidade.

Trata-se de um cenário de tensões, como tantos outros o foram ao longo da história, mas é possível que dele emergam alternativas para crises duradouras, como as mencionados ao longo deste texto: hegemonia social de conceitos e preconceitos da Gramática Tradicional, o excesso de equívocos evitáveis na

Educação linguística, a compreensão limitada das características, origens e desenvolvimentos do PB. Tendo em vista as tentativas de superação dessas crises, a Linguística formal, que apenas ensaia os movimentos mencionados neste artigo, se apresenta como uma via ainda pouco explorada, a se experimentar.

Agradecimentos

Versões preliminares dessas reflexões foram apresentadas em dois eventos, em 2023 e 2024. Agradeço às perguntas e comentários recebidos, que contribuíram para a composição do texto. Sou grata também aos editores e à editora deste dossiê, com os quais pude dialogar francamente ao longo do processo de publicação.

Referências

- ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil. São Paulo (1968-1998)**. São Paulo: Humanitas, 2004.
- BORGES NETO, J. Semântica Formal. **Fórum Linguístico**, n. 17, p. 4689-4700, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342398498_Semantica_formal. Acesso em: 25 jul. 2025.
- COELHO, O.; OLIVEIRA; K.; PRAIS, F. Notas sobre a história recente da Fonética no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba: Paraná, n. 104, p. 147-163, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/84132/45496>. Acesso em: 07 ago. 2025.
- CAMARA JR., J. M. **História da Linguística**. Edição revista e comentada por Valdir do Nascimento Flores e Gabriel Othero. Petrópolis: Vozes, 2021.
- CRISTÓFARO SILVA, T. Fonética e Fonologia: perspectivas complementares (Phonetics and Phonology: Complementary Perspectives). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 25-40, 2006. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1007>. Acesso em: 10 out. 2024.
- KOERNER, K. K. Models in Linguistic Historiography. **Practicing Linguistic Historiography: selected essays**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1989. p. 47-58.
- LEROY, M. **As grandes correntes da Linguística Moderna**. São Paulo: Cultrix, 1977.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Em busca de uma história linguística. **Revista Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte: UFMG, v. 20, n. 2, p. 309-342, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2752/2707>. Acesso em: 07 ago. 2025.

NEGRÃO, E. et al. **O contato de línguas como base da história linguística transatlântica:** multilinguismo, mudança, vitalidade e perigo de extinção de línguas [Projeto de pesquisa coletivo inédito]. 2020.

NURSE, D. Language change and movement as seen by historical linguistics. In: ALBAUGH, E. A.; LUNA, K. M. **Tracing Language Movement in Africa**. New York: Oxford University Press, 2018. p. 28-43.

OLIVEIRA, R. P. de; QUAREZEMIN, S. **Gramáticas na escola**. Petrópolis: Vozes, 2016. (Coleção de Linguística)

OLIVEIRA, R. P. ;BASSO, R.; QUAREZEMIN, S. **Construindo gramáticas na escola**. 8º período. Florianópolis: UFSC/CCE/DLLE, 2013.

PARAGUASSU-MARTINS, N. et al. Uma reflexão semântica da (in)definitude para a Educação Básica. Ferreira, L.; FRUTOS, L.; COELHO, O. . (org.). **Jornada pelos significados:** contribuições de Ana Müller para a Semântica. Campinas: Pontes, 2024. p. 221-253.

PIETRI, E. Dois modos de tratamento da heterogeneidade linguística no Brasil em documentos de referência curricular **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 13, n. 3, p. 1349-1372, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1349-1372>. Acesso em: 10 out. 2024.

PIETRI, E. A constituição dos discursos sobre ensino de língua portuguesa nas décadas de 1980 e 1990. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 1, p. 523-550, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v57n1/0103-1813-tla-57-01-0523.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

ROBBINS, R. H. **Pequena História da Linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2015 [1916].

TRUBETZKOY, N. S. A fonologia atual. In: DASCAL, M. (org.). **Fundamentos metodológicos de linguística:** fonologia e sintaxe. Tradução Rosa Attié Figueira. v. 2. Campinas, 1981 [1933]. p. 15-35.

Como citar este trabalho:

COELHO, Olga. Linguística Formal e Interdisciplinaridade: questões históricas e contemporâneas. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 166-279, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 10/10/2024 | Aceito em: 14/03/2025.